Bases para participação social em projeto de arquitetura: revisão de literatura

Bases for social participation in architectural design: literature review

Bases para la participación social en el diseño arquitectónico: revisión de la literatura

DANTAS NETO, José

Graduando em Arquitetura e Urbanismo, UFCG, josedantasnt@gmail.com

PEREIRA, Fúlvio Teixeira de Barros

Doutor, Professor de Arquitetura e Urbanismo, UFCG, fulvio.teixeira@professor.ufcg.edu.br

RESUMO

Dentro do eixo temático 03 – projetar 'como'? do 11º. Projetar, o tema do estudo é a participação social no projeto de arquitetura, cuja importância é amplamente legitimada e cujo significado do termo tem se tornado diluído. O estudo tem o objetivo de revisitar os fundamentos ou princípios básicos que norteiam a participação social em arquitetura, a fim de estimular análises críticas sobre como projetar de forma participativa. Para isso, o estudo se apoia em revisão de literatura sobre o tema, com base em publicações especializadas nacionais e internacionais. Como resultado, identifica os seguintes aspectos fundamentais à participação: autonomia ou poder de decisão assegurado aos participantes; dispositivo para favorecer a comunicação e interação entre os envolvidos e contribuição para objetivos compartilhados.

PALAVRAS-CHAVES: *participação, projeto de arquitetura, processo de projeto.*

ABSTRACT

Within thematic axis 03 – 'how' design? of 11th. Projetar*, the subject of the study is social participation in architectural design, whose importance is widely legitimated and whose meaning of the term has become diluted. The study aims to revisit the fundamentals or basic principles that guide social participation in architecture, to examine critical analyzes on how to design in a participatory way. For this, the study is based on a review of the literature on the subject, based on national and international specialized publications. As a result, it identifies the following fundamental aspects of participation: autonomy or decision-making power guaranteed to participants; device to favor communication and interaction between those involved and contribution to shared goals.*

KEYWORDS*: participation, architectural design; design process.*

RESUMEN

Dentro del eje temático 03 – ¿diseñar 'cómo'? del 11 Projetar, el tema del estudio es la participación social en el diseño arquitectónico, cuya importancia está ampliamente legitimada y cuyo significado del término se ha diluido. El estudio tiene como objetivo revisar los fundamentos o principios básicos que guían la participación social en la arquitectura, para examinar análisis críticos sobre cómo diseñar de manera participativa. Para ello, el estudio se basa en una revisión de la literatura sobre el tema, a partir de publicaciones especializadas nacionales e internacionales. Como resultado, identifica los siguientes aspectos fundamentales para la participación: autonomía o poder de decisión asegurado a los participantes; dispositivo para favorecer la comunicación e interacción entre los involucrados y contribución a objetivos compartidos.

PALABRAS CLAVE*: participación, diseño de arquitectura, proceso de diseño.*

1 INTRODUÇÃO

A participação social é cada vez mais legitimada em diversos campos de conhecimento, tecnologia da informação, administração, educação, urbanismo, design, informática, assim como no campo da arquitetura, na qual é definida como o envolvimento do usuário em algum estágio do processo de projeto. Inclusive órgão do governo federal brasileiro, o Ministério da Educação – MEC, defende essa prática em seus manuais de projeto (BRASIL, 2006).

A adoção de metodologias participativas, como afirma Woolner (2009, p. 2, 4, tradução nossa), pode gerar benefícios tanto aos edifícios, por torná-los mais adequados às necessidades dos usuários, quanto aos participantes do processo, por ampliar habilidades, cooperação e autoconfiança, a exemplo de melhorar a habilidade de professores no bom uso de seus espaços físicos (quando esses se engajam no projeto de arquitetura) ou mesmo de transformar o conhecimento dos arquitetos. Del Rio *et al.* (2000, p. 105; 112) reforçam que "é enorme o alcance da participação em todas as etapas do processo projetual, em particular, na etapa de programação", e que "o sentimento de poder participar do processo de tomada de decisões é crucial para a valorização do ambiente construído final e o comprometimento com os resultados obtidos".

Em contrapartida, "o paradoxo é que quanto mais aceitação o projeto participativo ganhou no discurso geral do projeto, mais diluído se tornou o significado de 'participação'" (LUCK, 2018, tradução nossa, p. 1). E, como "em princípio ninguém é contra" a participação, esse termo também é empregado para dissimular práticas pouco democráticas, através de "eufemismos pacificadores e retórica exacerbada", como já percebido por Arnstein (2002, p. 5), no final dos anos 1960.

Ao invés de um processo único ou repetitivo direcionado ao usuário padrão, há múltiplas formas de participação, em função dos múltiplos usuários, múltiplos desejos e múltiplos contextos (JONES; PETRESCU; TILL, 2005, p. XVI). A participação não está sujeita a fórmulas, regras e definições estritas; é "[...] um compromisso com os princípios fundamentais da participação no projeto". E requer, por isso, políticas adequadas para ser um processo genuíno.

"Discussões críticas e construtivas sobre valores, características, políticas e futuras práticas de projeto participativo, numa era que que a participação agora é difundida" ganham força e foram tema de debate internacional, no *Participatory Design Conference* em 2016., na Dinamarca (LUCK, 2018, p. 1).

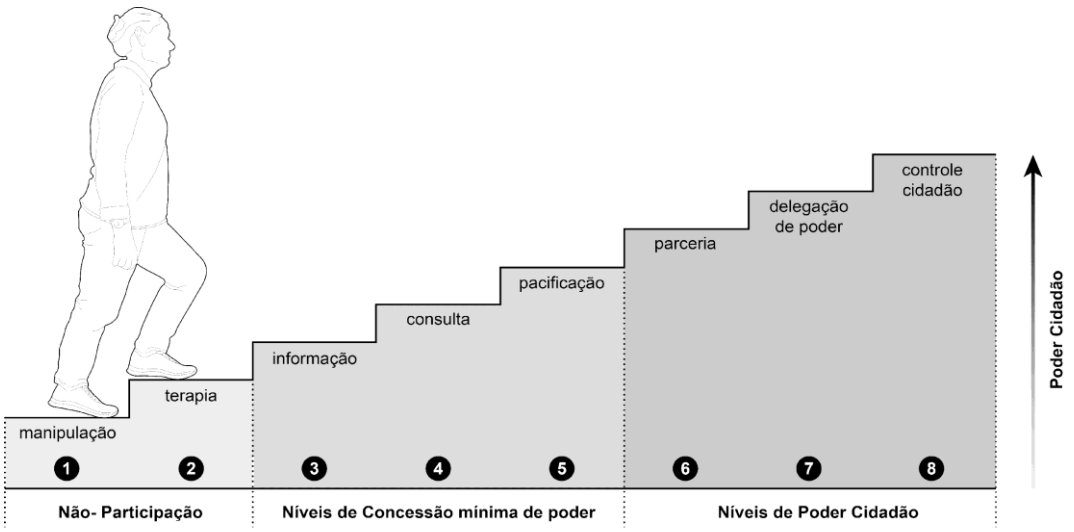
Dentro do eixo temático 03 – projetar 'como'? do 11º. Projetar, o atual estudo, que é um resultado parcial de pesquisa de iniciação científica em andamento, tem o objetivo de revisitar os fundamentos ou princípios básicos que norteiam a participação social em arquitetura, a fim de estimular análises críticas sobre como projetar de forma participativa. A sistematização e a divulgação de conhecimento teórico são essenciais para adoção de práticas genuínas de participação social em arquitetura. E, ao considerar que "participação", inclusive na Europa, se tornou uma palavra da moda, é importante a reavaliação de seu real significado (JONES; PETRESCU; TILL, 2005, p. XIII)

Para isso, o estudo se apoia em revisão de literatura sobre o tema, com base em publicações especializadas nacionais (como Revista Projetar, Revista Ambiente Construído, Revista Arquitextos) e internacional (como Design Studies), coletadas nos seguintes bases de dados eletrônicos: Periódicos Capes, ResearchGate, Academia, Google Acadêmico. Foram utilizadas as palavras-chave "participação", "metodologia participativa", "arquitetura participativa" e suas respectivas traduções em inglês e espanhol. Como critério de seleção, além das palavras-chave, deu-se preferência a textos que enfocam aspectos conceituais da participação, como revisões críticas sobre o tema, e publicações recentes, editadas nos últimos vinte anos.

2 RELAÇÕES DE PODER E AUTONOMIA DOS ENVOLVIDOS

Em 1969, Arnstein (2002, p. 1, 3) usa a alegoria de uma escada para representar a participação social (ou "participação cidadã", como então denominada), na qual cada degrau corresponde à "amplitude do poder da população em decidir sobre as ações e/ou o programa". Nos níveis mais baixos (manipulação e terapia), não há participação, mas tentativas de "educar" ou "curar" os participantes; nos níveis intermediários (informação, consulta e pacificação), há concessão mínima de poder e é permitido aos envolvidos ouvir e serem ouvidos; nos níveis superiores (parceira, delegação de poder e controle cidadão), se efetiva o poder cidadão [Figura 1], quando os cidadãos (participantes do processo) detêm a "maioria nos fóruns de tomada de decisão, ou mesmo o completo poder gerencial". Com esse esquema, assinala-se um aspecto essencial da participação, o grau de poder dos participantes. Como reconhecido por Arnstein (2002, p. 2-3), "participação cidadã constitui um sinônimo para poder cidadão", quando as pessoas têm poder real para influenciar os resultados do processo, de modo que "participação sem redistribuição de poder é um processo vazio e frustrante.

Figura 1: Os oito degraus da escada de participação cidadã de Arnstein.



Fonte: Autor, 2023, modificado de Arnstein, 2002, p. 2.

Mais tardiamente, Woolner (2009, p. 6) acrescenta à "escada" de Arnstein a dimensão "quem", ao identificar que o nível de poder não é distribuído de forma homogênea entre todos os envolvidos na participação. É possível que algum agente, como o gestor da escola, no caso da arquitetura escolar, tenha maior poder de decisão que outro grupo de participantes (professores, funcionários, estudantes ou familiares), embora todos estejam inseridos no mesmo processo de participação social. Tais diferenciações tendem a reproduzir a hierarquia institucional ou comunitária, a exemplo da disparidade de poder entre adultos e crianças no ambiente escolar ou entre professores e funcionários de atividades menos valorizadas socialmente. Assim, como reconhece Woolner (2009, p. 6), é necessário questionar tanto o nível de participação quanto a diversidade de agentes, visto que uma participação com maior multiplicidade de pessoas envolvidas tende a colher mais benefícios, como ilustrado por essa autora no Quadro 2.

Figura 2: Quadro para análise dos níveis de participação, em arquitetura escolar.

Levels of Participation	partnership							
	collaboration							
	involvement							
	consultation							
		senior management	teachers	learning support	other staff	students	parents	others
		People involved						

Fonte: Woolner, 2009, p. 6.

Por sua vez, Kapp (2016, p. 355) considera enganosa a "escada" de Arnstein, ao perceber que participações precárias podem se perpetuar no tempo ao invés de ser um caminho progressivo rumo à autonomia de seus participantes. E, como alternativa, defende a importância do salto qualitativo em direção à autonomia, entendida como "a habilidade de indivíduos e, sobretudo, coletividades estabelecerem seus próprios meios de ação e interação por normas autodeterminadas", em contraponto ao termo participação, entendido como a possibilidade de que "[...] pessoas tenham parte na tomada de decisões, sem que possam modificar as respectivas normas" (KAPP, 2016, p. 358).

Para assegurar essa autonomia, as normas do processo de planejamento devem, segundo Kapp (2016, p. 357-8), ser definidas no contexto e pelas pessoas envolvidas, em lugar de serem definidas pela entidade responsável pelo processo, sem considerar os desejos das entidades convidadas. Sendo assim, ao invés da liberdade de escolha entre opções dadas, deve-se assegurar aos envolvidos a "possibilidade de criar tais opções coletivamente e recriá-las ao longo do tempo" (KAPP, 2016, p. 373).

Semelhante interpretação é exposta por Luck (2018, p. 2, tradução nossa), ao identificar como um dos princípios orientadores do projeto participativo a "equalização das relações poder".

3 DISPOSITIVOS DE COMUNICAÇÃO E INTERAÇÃO SOCIAL

Como exposto por Woolner (2009, p. 7, tradução nossa), "[...] a comunicação é fundamental para qualquer processo participativo bem sucedido". E, diante das diferenças de poder e status entre os participantes, "os agrupamentos durante as atividades precisam ser cuidadosamente considerados para desenvolver a confiança nos procedimentos" (WOOLNER, 2009, p. 13). Na arquitetura escolar, por exemplo, é comum o desconforto de estudantes que trabalham lado a lado com adultos, sobretudo seus professores. Diante dessas tensões, atividades de mediação são utilizadas para "quebrar" barreiras e construir confidência, de modo a dar aos participantes algo a fazer inicialmente e algo a se referir durante as discussões. Como exemplo desse recurso, Woolner (2009, p. 13) cita o uso de atividades amplamente visuais, baseadas em fotografias ou planos, nas quais os envolvidos podem falar facilmente enquanto olham, desenham ou recortam.

De forma similar, Luck (2018, p. 2, 4) destaca a importância de ferramentas e técnicas que "[...] ajudam diferentes participantes a expressarem suas necessidades e visões requeridas" e voltadas a apoiar a coletiva "reflexão na ação", para permitir que as pessoas participem do projeto. Além disso, "o projeto participativo envolve fazer algo concreto e tangível", a exemplo do uso de "*mockups*" e protótipos capazes de aproveitar a habilidade prática de "trabalhadores comuns" (LUCK, 2018, p. 4). Também busca-se valorizar situações reais e específicas e vinculadas ao ambiente concreto dos envolvidos, em detrimento de abstrações formais (LUCK, 2018, p. 2).

Por sua vez, Sanoff (2000, p. 35 *et seq.*) aponta treze métodos de participação, a sinalizar a diversidade de meios disponíveis e a necessidade de adequá-los a cada realidade específica: planejamento estratégico (desenvolvimento de estratégias e planos de ações necessários a identificar e resolver questões), visionamento (ações públicas destinadas a posicionar a comunidade para pensar seu futuro), processo charrete (projeto desenvolvido em ritmo rápido e intenso, em busca de consenso), planejamento aquário (planejamento altamente visível para todos os indivíduos envolvidos e organizações), planejamento de ação comunitária (abordagem que capacita as comunidades a projetar, implementar e gerenciar seu próprio programa de assentamento), pesquisa-ação participativa (utilização ativa do conhecimento gerado pela relação entre comportamento e ambiente da comunidade por meio da integração de projeto, planejamento, pesquisa e participação), jogos de participação (abordagem para solução de problemas que envolve uma situação da vida real comprimida no tempo de modo que as características essenciais do problema estejam abertas a serem examinadas), workshop (engajamento de cidadãos em experiências que proporcionam a oportunidade de aprender sobre as relações humanas), círculos de estudos (pequenos grupos de 5 a 15 pessoas que concordam em se encontrar várias vezes para discutir de forma colaborativa um problema da comunidade), avaliação pós-ocupação (avaliação sistemática de desempenho ambiental de um espaço construído com base na opinião dos usuários), preferência visual e avaliação (análise das mensagens ambientais não verbais e sua relação com bem-estar psicológico das pessoas), avaliação visual (utilização de passeio autoguiado para desenvolver uma compreensão mais profunda do ambiente visual) e avaliação de quatro fatores de construção (abordagem concentrada em quatro elementos-chave da avaliação da construção – contexto, massa, interface e orientação – e baseada em uso de formulários). Para além das particularidades de cada método, Sanoff (2000, p. 10, tradução nossa) destaca que o processo participativo deve ser "claro, comunicável e aberto" e deve encorajar "o diálogo, o debate e a colaboração".

Por sua vez, Lima e Azevedo (2022), ao invés dos termos métodos ou técnicas, usam a denominação dispositivos de apoio à interação, para reforçar o caráter em aberto e não prescritivo desse processo. Tais dispositivos "[...] são capazes de atuar como objetos de fronteira entre os mundos sociais dos diversos participantes promovendo o acesso, a tradução e a negociação entre eles" (LIMA; AZEVEDO, 2022). No acesso, são conhecidas as diferenças e dependências entre os atores; na tradução, são desenvolvidos significados compartilhados; na negociação, busca-se a mediação para enfrentar divergências entre os atores. Nesse enfoque, é posta em evidência a complexidade da interação entre os diferentes mundos e a necessidade de pontes que favoreçam simultaneamente a autonomia desses mundos e a comunicação entre eles (LIMA; AZEVEDO, 2022).

4 CONTRIBUIÇÃO PARA OBJETIVOS COMPARTILHADOS

Além dos aspectos "como" realizar a participação e "quem" deve participar desse processo, é necessário identificar o "porquê" da participação a ser desenvolvida.

Como percebe De Carlo (2005, p. 16, tradução nossa), "quando a coletividade não está ciente nem deseja mudança no ambiente a ser modificado, [...] os 'sábios planos' falham, de fato, porque a coletividade não tem motivos para defendê-los. Como não participou de sua formulação, está perfeitamente no seu direito de não os considerar 'sábios' e, portanto, não os apoiar."

Nesse aspecto De Carlo (2005, p. 17 *et seq.*), reforça a ideia fundamental de projetar "com" as pessoas (e não apenas "para" as pessoas), o que pressupõe incorporá-las nas distintas fases das decisões sobre o ambiente construído: a descoberta das necessidades dos usuários, a formulação de hipóteses e o uso real. A primeira fase, descoberta das necessidades do usuário, tem por fim expor e reconhecer o direito dos próprios usuários de ter coisas e de se expressar, além de questionar o sistema de valores

tradicionais, que construídos sobre regime da não-participação devem ser revistos ou substituídos parcial ou totalmente. A etapa seguinte, formulação de hipóteses, diz respeito ao planejamento que formula uma sequência de hipóteses, ao mesmo tempo visando e sendo colocadas através da participação, essas hipóteses visam ampliar e melhorar as qualidades das hipóteses/decisões propostas anteriormente, numa sucessão evolutiva de pensamento que só chega a seu fim, quando as necessidades são refinadas e as propostas aperfeiçoadas até atingirem um ponto de equilíbrio, que permite a concretização das decisões dadas como satisfatórias no espaço físico. Por fim, a etapa de administração e uso explicita que os usuários ocupam o ambiente construído e o usa para os mais variados interesses individuais e coletivos, mas, ao longo do tempo, essas atividades não tendem a se manter e o ambiente continua em simultâneo a modificar e a ser modificado por seus usuários, produzindo sua própria história.

Por sua vez, Østergaard e Simonsen (2018, p. 40, grifo nosso) reforçam a importância de a participação genuína ser um processo voluntário e com objetivos compartilhados pelo grupo, o que implicaria em três características essenciais: trabalhar "**como** eles mesmos" (ao respeitar o interesse individual e coletivo do grupo), "**com** eles mesmos" (estar aberto para reflexões sobre seu próprio pensamento) e "para a tarefa e o projeto" (contribuir para a realização dos objetivos compartilhados e acordados).

Da mesma forma, Luck (2018, p. 2), se aproxima desse entendimento, ao identificar "práticas democráticas" e "aprendizado mútuo" dentre os princípios guias do projeto participativo. E, com isso, reitera a necessidade de esse ser um processo em aberto e sujeito ao poder de decisão dos participantes, em contraponto ao processo de consulta de informações dos participantes ("pseudoparticipação").

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na revisão de literatura realizada, esboça-se a importância de reconhecer princípios fundamentais da participação genuína e diferenciá-la da "pseudoparticipação". Esse é um tema que perpassa desde escritos iniciais sobre participação em final dos anos 1960, como os de Arnstein (2002) e De Carlo (2005), até publicações mais recentes, como Kapp (2016), Østergaard e Simonsen (2018), Luck (2018), entre outras.

E, ao centrar-se em textos que revisam ou analisam criticamente a participação social em projeto, foram identificados identifica-se seus aspectos fundamentais da participação. Em primeiro lugar, a autonomia ou poder de decisão assegurado aos participantes, seja através de graus adequados de poder (ARNSTEIN, 2002), diversidade de participantes (WOOLNER, 2009), autonomia dos participantes (KAPP, 2016) ou equalização das relações de poder (LUCK, 2018). Em segundo lugar, o uso de dispositivos para favorecer a comunicação e interação entre os envolvidos, a exemplo de atividades de mediação (WOOLNER, 2009; LIMA, AZEVEDO, 2022) ou métodos e técnicas de participação (SANOFF, 2000; LUCK, 2018). Em terceiro lugar, a contribuição individual e coletiva para objetivos compartilhados, como na concepção de projetar "com as pessoas" (DE CARLO, 2005) ou no ideal de democracia e aprendizado mútuo (ØSTERGAARD, SIMONSEN, 2018; LUCK, 2018).

Expor de forma sistemática tais recomendações teóricas é importante para reavaliar as práticas de participação atualmente adotadas e expor princípios éticos ou políticos que devem ser a elas associados. De toda forma, diante da diversidade de autores que abordam o tema, em distintas realidades histórico-culturais, ainda é oportuno análises mais sistemáticas, a fim de identificar mudanças de conceituais ao longo do tempo ou de abordar aspectos não enfrentados nesse estudo, como a negociação entre os participantes e, por extensão, a definição de consenso/dissenso.

6 REFERÊNCIAS

ARNSTEIN, S. R. **Uma escada da participação cidadã**. Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação – PARTICIPE, Porto Alegre/Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 2, p. 4-13, jan. 2002

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica**. Parâmetros básicos de infraestrutura para instituições de educação infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2006.

DE CARLO, Giancarlo. Architecture's Public. In: JONES, P. B.; PETRESCU, D.; TILL, J. **Architecture and Participation.** London/New York: Taylor & Francis, 2005. p. 3-22.

DEL RIO, Vicente; IWATA, Nara; SANOFF, Henry**. Programação e Métodos Participativos para o Projeto de Arquitetura**: o caso do Colégio de Aplicação da UFRJ. Anais do NUTAU, p. 105-113, 2000. Disponível em: <https://prolugar.fau.ufrj.br/wp-content/uploads/2017/10/cap_ufrj_nutau2000vicente.pdf> Acesso em: 06 jan. 2023

JONES, P. B.; PETRESCU, D.; TILL, J. Introduction. In: _____ (Ed.). **Architecture and Participation.** London/New York: Taylon & Francis, 2005. p. XIII-XVII.

KAPP, S. O paradoxo da participação. In: _____. **Arquitetura como exercício crítico**: e outros escritos sobre moradia, cidade, heteronomia. Belo Horizonte: MOM/UFMG, 2016. p. 355-386.

LIMA, F. S. de A.; AZEVEDO, G. A. N. Necessidades de quem? Os objetos de fronteira como dispositivos de apoio à participação coletiva do programa de necessidades. **Arquitextos**, São Paulo, ano 23, n. 271.05, Vitruvius, dez. 2022. Disponível em: <vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/23.271/8676>. Acesso em: 16 mar. 2023.

LUCK, R. Editorial: What is it that makes participation in design participatory design? **Design Studies**, London, v. 59, nov. 2018, p. 1-8. Disponível em: <www.elsevier.com/locate/destud>. Acesso em: 19 out. 2020.

ØSTERGAARD, K. L.; Simonsen, J. Examining situated design practices: Nurses' transformations towards genuine participation. **Design Studies**, London, v. 59, nov. 2018, p. 37-57. Disponível em: <www.elsevier.com/locate/destud>. Acesso em: 30 jul. 2023.

SANOFF, H. **Community Participation Methods in Design and Planning.** New York: John Wiley & Sons, 2000.

WOOLNER, P. **Building Schools for the Future through a participatory design process**: exploring the issues and investigating ways forward. BERA2009 - The British Education Association Conference. Anais... p. 1–17. Manchester, UK, 2009.